

políticas, foram desviadas do belo fim de sua instituição. Temeram esses pequenos corpos palpitantes de vida, recearam o desmembramento, como se o mesmo desmembramento não fosse a consequência da civilização, que se não deve prender e se preferiu concentrar toda a vida, toda a atividade em um só ponto. Utopistas do absolutismo, que invertendo a pirâmide social querem sustentá-la pelo vértice!

(Memórias do Distrito Diamantino, p. 150/151. 5ª edição. Petrópolis, Vozes, 1978. Coleção "Dimensões do Brasil", v. 10).

*

LEI DO ESQUECIMENTO (Otto A. Piper)

São duas as principais razões do esquecimento. Uma é que a História produz constantemente novas coisas e novos acontecimentos, enquanto que a mente humana é capaz de lembrar somente um número limitado deles. A outra é que as coisas passadas vão perdendo sua importância pela distância histórica, e rapidamente. Quão poucas são as coisas que constituíram títulos de jornal há um ano atrás e que ainda merecem ser lembradas! Há na História uma necessidade intrínseca que faz o homem esquecer as coisas, embora por natureza ele seja um ser que quer lembrar o passado. Finalmente tudo o que resta do passado é o conhecimento que o homem tem dos indícios e não mais dos acontecimentos e de seus autores. O arqueólogo pode desenterrar toda a sorte de implementos da história antiga, porém eles não lhe contam em que ocasião foram trazidos para a localidade de que foram desenterrados, ou em quais circunstâncias, para que fins e por quem foram usados.

A lei do esquecimento é um jugo humilhante. Os que trabalham na História geralmente anseiam por reconhecimento e por renome. Mas as gerações subseqüentes estão a tal ponto preocupadas com seus problemas que demonstram pouco reconhecimento pela contribuição da precedente para o campo histórico. Simbolicamente, e inúmeras vezes literalmente, os jovens "heróis" de guerra têm que mendigar na velhice.

O esquecimento é um destino inevitável não obstante os esforços dos historiadores de contrariá-lo. A atividade histórica assenta-se nas realizações do passado, uma vez que elas estão incorporadas em instituições, leis, condições e implementos econômicos e culturais, por exemplo, instrumentos, obras de arte e de saber. Mas a vida histórica

requer do homem tanto esforço para a construção do futuro que sobra pouco tempo e energia para lembrar com muitos pormenores como foram lançados os alicerces de nossa própria atividade histórica. Isto explica porque tão raramente as nações aprendem as lições do passado. Não é verdade que o passado nada tem para ensinar. Parece antes que nos defrontamos com a alternativa de ou empenharmo-nos em aprender a lição do passado e nada mais, ou experimentar ao acaso e agir sem direta orientação do passado. Esta alternativa explica porque as nações são tão pouco inclinadas a receber ensinamentos do passado.

Uma vez esquecida uma coisa do passado, é praticamente impossível trazê-la novamente à lembrança. A magia, as religiões de mistério e a pesquisa psíquica têm sido utilizadas para trazê-las de volta. Mas diferindo da história viva o passado tende a tornar-se uma massa indiscriminável que determina as atividades dos vivos em sua totalidade contudo sem pormenores discerníveis. O historiador sabe muito bem que o conhecimento dos registros do passado não equivale a lembrar. O fato passado permanece incompreensível e inexplicável quando desligado das memórias vivas. Estritamente falado, portanto, a esfera das reminiscências históricas limita-se ao campo histórico a que cada um pertence.

(A interpretação cristã da História, p. 96/97.
Trad. de Percy Favero Schützer. São Paulo,
1956. Coleção da "Revista de História", v.
8).